



### PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA MATERIA

Veio a esta Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde o projeto de Lei nº 2.529 de 08 de setembro de 2021 de autoria do Poder Executivo busca a autorização do Poder Legislativo instituir o Regime de Previdência Complementar - RPC no âmbito do município de Barão.

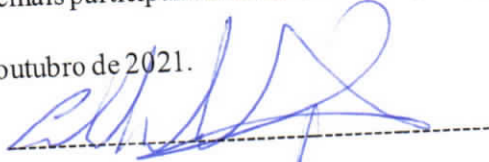
A assessoria jurídica da casa opina pela legalidade e constitucionalidade da matéria uma vez que a mesma está amparada na Lei Orgânica Municipal.

Este relator opina pela legalidade e constitucionalidade da matéria, por atender as determinações legais.

Ante ao exposto este relator Emite Parecer que pela Constitucionalidade e Legalidade do projeto de lei nº 2.5299 de 08 de setembro de 2021.

Encaminho para os demais participantes desta Comissão para apreciação.

Barão, 04 de outubro de 2021.

  
Ver. Claudir Antônio Ludwig – progressistas

Vereador Relator

  
Ver. Mario Cesar Ajala - progressistas

  
Ver. Luciano Ricardo Sandrin - psd

Favorável – Pelas Conclusões do Parecer

Favorável – Pelas Conclusões do Parecer

Contrário – Pelas Conclusões do Parecer

Contrário – Pelas Conclusões do Parecer

Abstenção .....

Abstenção .....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

Processo Legislativo nº 94/2021

Ao Presidente da Mesa

Após ser submetido a votação pela Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde o projeto de Lei nº 2.529 de 08 de setembro de 2021, foi APROVADO por maioria de seus membros.

Desta forma, encaminha-se o presente projeto de lei a presidência da mesa, com o parecer da Comissão CJLCOAACPES, tendo em vista que o mesmo se encontra APTO para ser votado em plenário, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Barão, 04 de outubro de 2021

Ver. Mario Cesar Ajala - progressista

Presidente da Comissão de Constituição Justiça Legislação controle Orçamentário  
Agricultura Agroindústria Cooperativismo Pecuária Educação Saúde